

SUMÁRIO

.....

PARTE I

LEI DO CRIME ORGANIZADO (LEI N. 12.850/13)

Capítulo 1 – ESCORÇO NORMATIVO	25
1. Contextualização histórico-legal	25
2. Quadro sinótico	28
3. Lei n. 12.850/13: definição de organização criminosa	34
4. Quadro sinótico	39
 Capítulo 2 – CONCEITUAÇÃO LEGAL	 41
1. Conceito de organização criminosa	41
2. Quadro sinótico	44
 Capítulo 3 – ESPECIFICIDADES	 45
1. Características das organizações criminosas	45
2. Quadro sinótico	48
3. Aplicação extensiva da Lei n. 12.850/13	48
4. Crimes em espécie na Lei de Organização Criminosa	51
5. Quadro sinótico	56
 Capítulo 4 – PENA E EFEITOS DA CONDENAÇÃO	 57
1. Causa de aumento de pena	57

2. Circunstância agravante: comando da organização criminosa	59
3. Demais causas de aumento de pena: art. 2º, § 4º, I a V	60
4. Afastamento cautelar de funcionário público envolvido	65
5. Perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo	66
6. Indícios da participação policial em organizações criminosas	68
7. Cumprimento de pena em estabelecimentos de segurança máxima	68
8. Impedimento de progressão e benefícios prisionais	69
9. Causas de aumento/diminuição de pena de leis correlatas ...	70

Capítulo 5 – OBSTRUÇÃO DE JUSTIÇA (EMBARAÇAMENTO DE INVESTIGAÇÃO) 73

1. Quadro sinótico	73
2. Do crime de “obstrução de justiça” (embaraçar investigação)	73
3. Exemplos de obstrução de justiça	75
4. Análise do tipo penal (sujeitos, objeto, classificação)	75
5. Previsão normativa internacional e jurisprudência do STF	78
6. Obstrução de Justiça x coação no curso do processo	80
7. Obstrução de Justiça x fraude processual	81
8. Obstrução de Justiça x exploração de prestígio	82
9. Obstrução de Justiça e prisão preventiva	82
10. Quadro sinótico	84

Capítulo 6 – COLABORAÇÃO PREMIADA	85
1. Da investigação e meios de obtenção da prova	85
2. “Colaboração judicial” na Itália: origens do instituto	86
3. “Colaboração premiada” nos Estados Unidos da América	93
4. Delação e colaboração premiadas: origens e evolução	96
5. Quadro sinótico de normas correlatas	101
6. Delação e colaboração premiadas: diferenças	101
7. Colaboração premiada: natureza jurídica	107
8. Negócio jurídico processual	108
9. Pressupostos de validade da colaboração premiada	118
10. Meio de obtenção de prova	119
11. Início das tratativas para formalização do acordo	123
12. Do sigilo sobre os termos do acordo	124
13. Do indeferimento sumário das negociações	127
14. Termo de Confidencialidade (NDA)	128
15. Instrução no acordo de colaboração premiada	130
16. Assistência jurídica	131
17. Da não participação judicial nas negociações	133
18. Colaboração premiada ordinária: requisitos	134
19. Quadro sinótico sobre Colaboração premiada ordinária	135
20. Colaboração premiada privilegiada (ou especial): requisitos	136
21. Quadro sinótico: colaboração premiada privilegiada	138
22. Cláusulas gerais orientativas da decisão	139
23. Momentos e legitimados para formalização do acordo	141

24. Quadro sinótico	144
25. Competência judicial para homologação do acordo	145
26. Quadro sinótico	147
27. Juízo de regularidade, legalidade e voluntariedade	148
28. Benefícios legais decorrentes da colaboração premiada	152
29. Direito subjetivo do colaborador aos benefícios pactuados ..	154
30. Postergação de oferta da denúncia/suspensão processo	161
31. Princípio da Corroboração (valor probante das declarações) ..	162
32. Consequências jurídicas da não celebração do acordo	163
33. Vedação de impugnação por terceiros delatados	166
34. Recusa na homologação judicial	168
35. Recurso cabível contra recusa na homologação	169
36. Retratação do acordo e não autoincriminação	171
37. Direito do delatado de se manifestar após o colaborador	173
38. Medidas vedadas por lei com base na colaboração	174
39. Da não vedação de medidas cautelares probatórias	175
40. Rescisão do acordo de colaboração	179
41. Retratação, rescisão e anulação: diferenças	180
42. Direito de arrependimento após a homologação judicial	183
43. Direitos do colaborador	184
44. Termo de acordo de colaboração premiada: conteúdo	185
45. Disposições finais sobre colaboração premiada	187

Capítulo 7 – AÇÃO CONTROLADA	189
1. Da ação controlada: conceito	189
2. Amplitude da ação controlada x flagrante esperado	190
3. Procedimento da ação controlada	193
4. Desnecessidade de autorização judicial	193
 Capítulo 8 – AÇÃO CONTROLADA	 197
1. Infiltração de agentes e ação controlada	197
2. Quadro sinótico	199
3. Entrega vigiada: modalidade de ação controlada	199
4. Ação controlada: exceção à prisão em flagrante	201
5. Pressupostos e requisitos da ação controlada	202
6. Quadro sinótico sobre ação controlada	203
7. Ação controlada na Lei de Lavagem de Dinheiro	204
 Capítulo 9 – INFILTRAÇÃO DE AGENTES	 205
1. Infiltração de agentes (<i>undercover agent</i>): conceito	205
2. Natureza jurídica da infiltração de agentes	211
3. Procedimento de infiltração	212
4. Requisitos para a infiltração	213
5. Quadro sinótico sobre infiltração policial	217
6. Infiltração virtual policial	217
7. Competência em relação aos delitos virtuais	221
8. Espécies de infiltração	222
9. Quadro sinótico: espécies de infiltração	223

10. Fases da infiltração	223
11. Responsabilidade Penal do Infiltrado	224
12. Infiltração da Lei n. 11.343/06 (Lei Antidrogas)	226
13. Quadro sinótico: infiltração nas leis especiais	227
14. Caráter complementar da infiltração	227
15. Infiltração policial no ECA e crimes sexuais	227
16. Infiltração policial e sigilo	232
17. Infiltração policial e flagrante	235
18. Validade dos elementos colhidos na infiltração policial	235
19. Agente infiltrado e agente provocador	236
20. Quadro sinótico: diferenças.....	237
21. Outras normas que admitem infiltração policial	237
22. Infiltração policial e coexistência com outros instrumentos	238
23. Direitos do agente infiltrado	239
Capítulo 10 – CAPTAÇÃO AMBIENTAL	241
1. Captação ambiental: constitucionalidade	241
2. Captação ambiental: natureza jurídica	242
3. Captação, interceptação e escuta ambientais: conceitos ...	244
4. Procedimento de captação ambiental	248
5. Nova sistemática normativa da captação ambiental	249
6. Quadro sinótico: nova sistemática da captação ambiental ...	251
7. Captação ambiental em locais públicos	251
8. Mídias digitais: Youtube, Instagram, TikTok etc.	254

9. Artigo 28 da Lei n. 13.869/19	256
10. Quadro sinótico: captação ambiental	257

Capítulo 11 – ACESSO A REGISTROS TELEFÔNICOS E DADOS CADASTRALS 259

1. Acesso a registros telefônicos e dados cadastrais	259
2. Da requisição judicial de registros de internet: Lei 12.965/14	263
3. Obtenção de dados de localização: Google e Facebook	264
4. Acesso à “bilhetagem”	267
5. Acesso a “ERBs” (estações rádio-base)	271
6. Quadro sinótico	272

Capítulo 12 – INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA 273

1. Interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas ..	273
2. Requisitos e procedimento da interceptação telefônica	275
3. Perícia de confronto de voz	280
4. Desnecessidade de juntada de transcrições integrais	283
5. Prorrogação da interceptação telefônica	285
6. Fundamentação <i>per relationem</i>	289
7. Interceptação telefônica x sigilo de profissão	290
8. Interceptação telefônica executada pelo Ministério Público	294
9. Interceptação e compartilhamento: validade	296
10. Incompetência de jurisdição: validade da interceptação	298
11. ADI 4145: inconstitucionalidade da Resolução 59/08 do CNJ	299

12. O encontro fortuito de provas (princípio da serendipidade) .	300
13. Interceptação de mensagens de aplicativos: whatsapp	305
14. Necessidade de preservação da cadeia de custódia	309
15. Acesso às mensagens por decisão judicial de busca e apreensão	310
16. Autorização do proprietário do aparelho	310
17. Atendimento de chamada durante prisão: legalidade	312
18. Espelhamento de whatsapp web	313

Capítulo 13 – INTERCEPTAÇÃO TELEMÁTICA 317

1. Interceptação telemática (de e-mails)	317
2. Acesso a e-mails corporativos	319

Capítulo 14 – QUEBRA DE SIGILOS FINANCEIRO, BANCÁRIO E FISCAL 327

1. Afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal	327
2. Conceito de informações financeiras, bancárias e fiscais ...	328
3. Tratamento normativo do sigilo bancário	328
4. Autoridades fiscais e sigilo: tema 225 do STF	332
5. CPIs: poder para decreto de quebra de sigilo bancário	334
6. Ministério Público: vedação à quebra de sigilo bancário	337
7. (COAF) e MP: compartilhamento de informações sigilosas ..	339
8. MP: acesso direto em caso que envolva dinheiro público	340
9. Crime de quebra ilegal de sigilo bancário	340
10. Requisitos para quebra de sigilos bancário, financeiro e fiscal	340

Capítulo 15 – Cooperação	343
1. Cooperação entre instituições	343
2. Crimes ocorridos na investigação e obtenção da prova	346
3. Artigo 18 da Lei n. 12.850/13	348
4. Artigo 19 da Lei n. 12.850/13	350
5. Artigo 20 da Lei n. 12.850/13	352
6. Artigo 21 da Lei n. 12.850/13	353
7. Rito procedimental da Lei n. 12.850/13	356
8. Lei n. 12.850/13 e cabimento da prisão preventiva	358
9. Sigilo da investigação criminal (art. 23 da LCO)	361
10. Direito à prévia vista dos autos por 3 dias	367
11. Organização criminosa x associação criminosa	367
12. Quadro sinótico: associação criminosa	371
13. Organização criminosa: fatiamento de denúncias	372
14. Lei n. 12.694/12 – julgamento colegiado	372
15. Tipos de julgamentos afetos à Lei n. 12.694/12	377

PARTE II

LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI FEDERAL N. 9.613/98)

Capítulo 16 – LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI FEDERAL N. 9.613/98)	385
1. Origem histórica da Lavagem de dinheiro	385
2. <i>Nomen iuris</i>	388
3. Conceito	389
4. Lavagem de dinheiro em cadeia	391

5. Finalidade legislativa com o crime de lavagem	391
6. Leis n. 9.613/98 (1ª geração) e 12.683/12 (3ª geração)	392

Capítulo 17 – NORMATIZAÇÃO INTERNACIONAL 397

1. Convenção de Viena	397
2. Declaração da Basileia	398
3. Convenção de Estrasburgo	400
4. Convenção de Palermo	401
5. Convenção de Mérida	402

Capítulo 18 – NORMATIZAÇÃO BRASILEIRA 405

1. Normatização administrativa do tema	405
2. Bem jurídico tutelado: correntes doutrinárias	424
3. Lavagem de capitais e rol aberto (<i>numerus apertus</i>)	427
4. Classificação do Crime de Lavagem	429
5. Características do Crime de Lavagem	435
6. Conflito intertemporal de leis	436

Capítulo 19 – TIPOS DE LAVAGEM 439

1. Tipos da Lavagem	439
2. Etapas (fases) da Lavagem	439
3. <i>Placement</i> (colocação)	440
4. <i>Layering</i> (dissimulação)	440
5. <i>Integration</i> (integração)	443

Capítulo 20 – SUJEITO ATIVO E TIPIFICAÇÃO DA AUTOLAVAGEM	447
1. Sujeito Ativo	447
2. Autolavagem	447
3. Tipo objetivo	449
 Capítulo 21 – TIPOS PENAIIS EXTENSIVOS	453
1. Tipo penal extensivo – art. 1º, par. 1º, da Lei	453
2. Art. 1º, par. 1º, I, da Lei n. 9.613/98	453
3. Art. 1º, par. 1º, II, da Lei n. 9.613/98	454
4. Art. 1º, par. 1º, III, da Lei n. 9.613/98	455
5. Art. 1º, par. 2º, I, da Lei n. 9.613/98	456
6. Art. 1º, par. 2º, II, da Lei n. 9.613/98	457
 Capítulo 22 – AUMENTO DA PENA E ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO	463
1. Causa de aumento de pena	463
2. Causa de diminuição de pena	464
3. Tipo subjetivo: dolos direto e eventual	467
 Capítulo 23 – HIPÓTESES MAIS COMUNS DE LAVAGEM	477
1. Fracionamento, estruturação ou <i>smurfing</i>	477
2. <i>Commingling</i> (mescla)	482
3. Contrabando de dinheiro (espécie)	486
4. Doleiros	486
5. Empresas de fachada e empresas fantasmas (fictícias)	490

6. Offshore (paraísos fiscais)	492
7. Aquisição de imóveis/móveis ativos ou instrumentos monetários	499
8. Negociação fraudulenta de imóveis/móveis	500
9. Testas de ferro ou laranjas	500
10. Transferência de valores monetários	502
11. Lavagem de dinheiro na negociação de jogadores de futebol	503
12. Subfaturamento de notas fiscais de produtos	503
13. Doações	503
14. Faturamento falso em nota fiscal de serviço	505
15. Lotéricas (bilhetes premiados)	505
16. Evasão de Divisas e Sonegação fiscal	505

Capítulo 24 – COMPETÊNCIA E PROCEDIMENTO

511

1. Competência: <i>ratione materiae</i> e <i>ratione loci</i>	511
2. Procedimento processual especial	514

Capítulo 25 – INFRAÇÃO PENAL ANTECEDENTE E RESPONSABILIZAÇÃO

519

1. Art. 2º, II – independência da infração penal antecedente	519
2. Tríplice responsabilidade: criminal, civil e administrativa ...	526

Capítulo 26 – CONSUMAÇÃO E CONCURSO DE PESSOAS

531

1. Consumação delitiva e tentativa (<i>conatus</i>)	531
2. Concurso de pessoas	533
3. Norma penal mista	534

Capítulo 27 – APONTAMENTOS FINAIS	537
1. Lavagem de dinheiro e ação controlada	537
2. Lavagem de dinheiro: cabimento de prisão preventiva	540
3. Lavagem de Dinheiro e Bem de família	543
4. Lavagem de Dinheiro e Lei Complementar 105/01	544
5. Suspensão condicional do processo: art. 366 do CPP	546
6. Citação por hora certa: art. 362 do CPP	548
7. Fiança, Liberdade Provisória e Apelo em liberdade	549
8. Medidas Assecuratórias	551
9. Princípios e procedimento	552
10. <i>Fumus boni iuris</i> e <i>periculum in mora</i>	554
11. Sequestro	555
12. Embargos	559
13. Busca e apreensão	561
14. Arresto	563
15. Especialização e registro da hipoteca legal	564
16. Recurso contra o indeferimento de medidas assecuratórias	566
17. Bens em nome do investigado/acusado ou terceiros	568
18. Inversão do ônus da prova para liberação de bens	569
19. Comparecimento pessoal do acusado nos pedidos de restituição	572
20. Alienação antecipada de bens	572
21. Ação controlada	579
22. Administração dos bens	581

23. Efeitos da condenação	585
24. Bens provenientes de crimes praticados no estrangeiro	590
25. Obrigações dos operadores financeiros (arts. 9º a 11)	595
26. COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras	601
27. Constitucionalidade no compartilhamento de informações	607
28. Disposições gerais	609
29. Jurisprudência temática do STJ: crime de lavagem de capitais	612
Bibliografia	623